

CONCEITOS GOAL-DERIVED E A TESE DA LATÊNCIA SEMÂNTICA

[GOAL-DERIVED CONCEPTS AND THE SEMANTIC LATENCY THESIS]

Diogo de França Gurgel *

Guilherme Bernardo Moreira Soares**
Universidade Federal Fluminense, Brasil

RESUMO: Neste artigo, investigamos em que medida certas abordagens do conceito de *conceito* estabelecidas nas últimas décadas no âmbito das Ciências Cognitivas abrem caminho para uma reelaboração da *tese da latência semântica*, defendida originalmente por filósofos como Ernst Cassirer e Owen Barfield. A partir da década de 1980 do último século, Eleanor Rosch, Lakoff & Johnson, Wilson & Sperber, Lawrence Barsalou, dentre outros, vêm investigando (cada qual a seu modo), as ocorrências conversacionais de articulações de signos linguísticos a um só tempo significativas e não previstas por um código. Entendemos que a Teoria da Relevância, com seu conceito tripartite de conceito, e certas vertentes da Cognição Corporificada, com sua abordagem multimodal dos conceitos *ad hoc*, oferecem os devidos meios para uma reabilitação da tese de que certas formas de inovação semântica não são senão fragmentos de evidências de acessos mnemônicos a conceitos formados para certos fins específicos (*goal-derived*) e que podem ser operatórios na vida de uma comunidade de modo velado, i.e., em condição de anonimato. Nossa hipótese de trabalho, de que a tese da latência semântica pode ser fortalecida nesses termos, tem pela frente o desafio de mostrar a viabilidade da compatibilização entre os bons *insights* de Wilson e Sperber, em sua Teoria da Relevância, com o modelo simulacionista de cognição situada proposto por Lawrence Barsalou, que

ABSTRACT: In this article, we investigate the extent to which certain approaches to the concept of concept established in the last decades in the scope of cognitive sciences could pave the way for a reworking of the semantic latency thesis (originally defended by philosophers such as Ernst Cassirer and Owen Barfield). Since the 1980s, Eleanor Rosch, Lakoff & Johnson, Wilson & Sperber, Lawrence Barsalou, among others, have been investigating (each in their own way), the conversational occurrences of linguistic signs articulations that are, at the same time, meaningful and not fixed by a code. We claim that Relevance Theory, on the one hand, with its tripartite concept of concept, and certain branches of Embodied Cognition, on the other, with its multimodal approach to *ad hoc* concepts, offer us the necessary means for a rehabilitation of the thesis that certain forms of semantic innovation are just “pieces of evidence” of mnemonic access to concepts formed for certain specific purposes (*goal-derived*), which can be operative in the life of a community in a veiled way, i.e., on condition of anonymity. However, our working hypothesis that the semantic latency thesis can be strengthened in these terms faces the challenge of showing the feasibility of matching the good insights of Wilson and Sperber, in their Relevance Theory, with the simulation model of grounded cognition proposed by Lawrence

* Doutor em Filosofia pela UFRJ. Professor Adjunto do Departamento de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Chefe do Departamento de Filosofia da UFF. E-mail: diogo.gurgel@gmail.com. ** Mestre em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF); E-mail: psi.guilhermefms@gmail.com.

AGRADECIMENTO: Agradecemos à Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pelo incentivo financeiro através de bolsa concedida durante os semestres 2018/02 - 2019/01 à pesquisa da qual esse artigo é produto.

diverge das posições intelectualistas assumidas pelos primeiros. Barsalou, despite the intellectualist positions taken by the former.

PALAVRAS-CHAVE: conceitos ad hoc; relevância; esquema
KEYWORDS: ad hoc concepts; relevance; schema

INTRODUÇÃO

É um traço notório da filosofia anglófona contemporânea a concentração de grandes esforços na reformulação do conceito tradicional de conceito. A emergência da filosofia de linguagem ordinária (com especial ênfase nos apontamentos de Wittgenstein sobre semelhanças de família), a repercussão da Teoria dos Protótipos de Eleanor Rosch e seus colaboradores e da psicologia ecológica de Gibson (desaguando no enativismo) e as falhas e insuficiências da aplicação do modelo computacional de cognição ao desenvolvimento da inteligência artificial e a experimentos neurocientíficos, são alguns dos fatores mais influentes no estabelecimento dessa tendência. No cerne da discussão, está a crise de uma concepção representacionista forte que, de acordo com Casanto e Lupyan, caracteriza os conceitos como “entidades discretas que existem inteiramente formadas, mesmo quando não as estamos usando, para serem convocadas quando necessário” (CASANTO; LUPYAN, 2015, p. 544)¹. O propósito de nosso trabalho é contribuir para essa reformulação em curso do conceito de conceito, questionando a primazia do modelo de conceitualização que privilegia a seleção de semelhanças (entre as instâncias de um conceito) de diretriz estritamente taxonômica (i.e., que privilegia a conceitualização voltada para a compreensão sistemática do mundo) em detrimento da conceitualização voltada para a eficácia da ação em uma dada situação. Nessa empreitada, assumimos que as influências mútuas entre o engajamento em uma atividade e as operações cognitivas de conceitualização (em seus diversos matizes) podem ser melhor observadas em casos em que a estabilidade de classificações canônicas (mais habituais) é abalada.

Quando Ingo Brigandt, em artigo recente, levanta questões sobre as garantias de estabilidade de um conceito que sofre variação semântica por ocasião da alteração de sua referência e de seu sentido (ou papel inferencial), e sobre como cientistas podem legitimamente (racionalmente) modificar a definição de um termo (BRIGANDT, 2010, p. 20), ele nos situa justamente no campo de investigação que queremos adentrar aqui². Sua tese central é uma saída teleológica para o problema da variação semântica de conceitos científicos como o de gene: de acordo com Brigandt, devemos tomar a meta epistêmica (*epistemic goal*) perseguida pelo uso de um conceito (*ibid.*, p. 23) como parte de seu conteúdo semântico, de modo que possamos compreender o funcionamento da mesma como eixo que dá suporte epistêmico para mudanças na referência e no papel inferencial do termo (*ibid.*, p. 24)³.

Entretanto, ao condicionar a estabilidade epistêmica de conceitos variantes à atuação de metas atreladas diretamente a esses conceitos, Brigandt negligencia o fato de que a grande maioria dos conceitos não carrega consigo, por assim dizer, as metas atuantes nos contextos em que ocorrem. E, com isso, incorre em uma simplificação excessiva de um problema de grandes proporções, o qual se espalha muito para além dos conceitos especializados, i.e., produzidos teoricamente de modo arbitrário e para fins específicos. Trata-se de um posicionamento que pode se mostrar deveras problemático, sobretudo, se levamos a sério a hipótese (defendida por autores como Casanto & Lupyan, Wilson & Sperber, Barsalou, dentre outros) de que a variação

semântica não é exceção e sim a regra em nossas operações cognitivas ou, mais precisamente, que os conceitos que articulamos cotidianamente são, em grande parte, conceitos *ad hoc*. Nas obras desses autores, podemos encontrar uma miríade de casos de usos correntes da linguagem em que os signos atuam como gatilhos para operações inexoravelmente situadas de inclusão em classe. Mencionemos, a título de exemplo, um caso de fala descontraída (*loose talk*): Quando alguém diz “Eu amo comida italiana” (WILSON; SPERBER, 2012, p. 42), tal proferimento muito dificilmente visa abarcar toda e qualquer comida italiana. Um cômputo de intenções e de metas delineadas no próprio contexto parece ser fundamental para que o receptor possa reunir as informações adequadas (o subconjunto) de pratos típicos da Itália que são amados pelo emissor, mas o conceito expresso por “comida italiana” não está claramente atrelado a nada próximo daquilo que Brigandt denomina “meta epistêmica”.

Casos desafiadores de variação semântica podem ser encontrados mesmo no interior do discurso científico e o cuidado de Brigandt em restringir bastante o escopo de sua discussão – limitando-se a conceitos centrais das ciências e, ainda mais especificamente, da biologia (BRIGANDT, 2010, p. 36) – não é o bastante para eximir de falhas o seu *framework*. Em um livro seminal para o estudo da variação semântica, *Models and Metaphors*, Max Black trata do uso de modelos em ciência. Sua tese é de que modelos como o do campo elétrico de Maxwell e do átomo, de Bohr, apresentam um comprometimento ontológico que os distancia muito de meras ficções heurísticas (BLACK, 1962, p. 228) ou quaisquer epifenômenos da investigação científica (*ibid.*, p. 236). De acordo com o filósofo, modelos teóricos, devido à sua sistematicidade e pervasividade, não são simples metáforas, entretanto, guardam em comum com esses processos de pensamento os seguintes aspectos: a transferência de vocabulário, a transferência de implicações de um campo cognitivo bem organizado para um menos organizado e, por decorrência, a habilitação dos pesquisadores a ver “novas conexões” em seu campo de estudo. Uma tese central de Black é de que há diferentes formas de constituição de conceitos (científicos ou não) justamente porque há diferentes formas de ver semelhança entre objetos.

Ao embutir a meta no conceito e ao tomar por foco disputa de um termo especializado pré-existente (*gene*), Brigandt se furta a examinar mais a fundo dois aspectos da variação e da inovação semântica muitos caros a Black: 1) o problema dos critérios que orientam a busca por um termo que permita a devida expressão de um conceito em casos em que não há um termo apropriado, exclusivo (ou, ao menos, candidato óbvio para exprimir o conceito), i.e., o problema do estabelecimento, por parte do emissor, e do reconhecimento, por parte do receptor, de signos (estímulos) que funcionem com sugestão de resgate (*retrieval cue*) ou fragmento de evidência (*piece of evidence*) do conceito a ser expresso; 2) a questão de como se dá, em termos operacionais, a seleção de informações reunidas sob um conceito, i.e., a questão da determinação dos mecanismos que atuam no destaque ou ocultação de informações e da medida desse destaque e dessa ocultação.

Como foi dito, a concepção de conteúdo semântico proposta por Brigandt é teleológica (ainda que comedidamente), e, pela via da semantização da meta, supera certos obstáculos que se apresentam ao modelo essencialista de conceito (como a falha em abarcar casos de variação semântica decorrente da redução insistente das diferenças de uso de um signo a meras homonímias). Entretanto, tal concepção se mostra muito insuficiente para dar conta dos diversos modos pelos quais o engajamento em uma atividade pode atuar para garantir a compreensibilidade da articulação inusitada de um conceito. Buscando superar tal insuficiência, pretendemos submeter a exame, no que se segue, uma outra saída teleológica para o problema da variação e da inovação

semântica: a Tese da Latência Semântica. O que a Tese da Latência Semântica traz de valioso para tal discussão é uma abordagem que, a um só tempo, trata a conceitualização de modo não intelectualista (abarcando processos cognitivos *ad hoc*, fortemente condicionados pela situação em que o agente se insere, i.e., *on-line*) e mantém um representacionalismo brando que permita explicar a interação e a integração entre processos cognitivos elementares (perceptuais e sensorio-motores) e processos cognitivos de ordem superior (como a conceitualização de cunho taxonômico).

É bem verdade que os filósofos precursores da tese em questão, Ernst Cassirer e Owen Barfield, discutem mais propriamente a natureza do discurso mítico e poético em suas obras (não se ocupando muito de uma Teoria Geral do Conceito). Mas, do modo como compreendemos, ambas as abordagens abrem caminho (de modo ainda muito incipiente, como veremos) para a tese de que conceitos, em geral, apresentam natureza *ad hoc*, viabilizando, com isso, uma solução teleológica do problema do papel do contexto (ou, mais propriamente, do engajamento em uma atividade) na variação semântica. É importante ressaltar, nesse sentido, que ambos os autores procuram apresentar evidências de um enraizamento de nossos conceitos *standard* em modos de conceitualização mais primitivos (mais fracos em termos de sistematização taxonômica do mundo, mas, eventualmente, mais fortes em termos de viabilização da percepção/compreensão de uma dada situação e da atuação eficaz na mesma).

Nossa proposta de encaminhamento é, portanto, adentrarmos a discussão não pela porta do discurso científico, epítome da seleção taxonômica de semelhanças e da busca de invariância semântica, mas pelos modos de uso da linguagem que ofereçam mais abundantes casos de conceitualizações constituídas sem o auxílio de signos canônicos (estáveis) que as disparem. Buscaremos, a seguir, a delimitação de um modelo que permita elucidar variações e inovações semânticas onde quer que haja inclusões em classe, ou seja, não somente em sentenças mais tipicamente científicas, mas também em casos de fala descontraída (*loose talk*), metáforas, metonímias, ironias, etc. Com esse intuito, procuraremos compatibilizar algumas versões contemporâneas do conceito de *conceito* desenvolvidas na interseção entre Pragmática e Ciências Cognitivas de modo a mostrar que um *insight* encontrado nas obras de Ernst Cassirer e Owen Barfield pode nos proporcionar um tratamento mais satisfatório das questões levantadas acima. Nossa proposta de reabilitação da Tese da Latência Semântica, contudo, não se reduz a uma simples reedição da tese, posto que requer uma reelaboração que supere as notórias fragilidades da teoria original.

1. A TESE DA LATÊNCIA SEMÂNTICA DE CASSIRER E BARFIELD

Os filósofos Ernst Cassirer e Owen Barfield apresentam, em algumas de suas obras mais celebradas, um posicionamento muito próximo no tocante aos elos íntimos entre conceitualização e ação. Ambos os autores afirmam que concepção clássica de conceito, fundada em definições e na abstração de notas essenciais, não é suficiente para explicar todas as operações de inclusão em classe expressíveis na linguagem natural. Em *Linguagem e Mito*, ao investigar o pensar mítico, Cassirer elabora uma distinção entre “conceitos lógicos” e “imagens míticas” nos seguintes termos:

O exame dos idiomas primitivos também fornece muitos exemplos confirmadores de que a forma da denominação não decorre da similitude externa das coisas ou dos acontecimentos, mas que, nestes idiomas, é denominado de igual maneira, sendo-lhe consignado o mesmo “conceito”, aquilo que se corresponde por sua

significação funcional, ou seja, que ocupa lugar idêntico ou análogo no conjunto das ações e das finalidades humanas. (CASSIRER, 2009, p. 58-59)

A apreensão mitológica, segundo o autor, orienta-se menos por semelhança de propriedades físicas do objeto e mais por similaridade funcional. Dois ou mais objetos podem compartilhar o mesmo nome uma vez que desempenham papel idêntico ou semelhante no âmbito de uma determinada ação. Esse modo de apreensão é apresentado pelo filósofo como oriundo de uma “percepção originária”, determinante para a “construção espiritual de nosso mundo objetual” (*ibid.*, p. 28). Procurando encontrar um nome adequado para demarcar a relação íntima entre a formação de conceitos míticos e a percepção do mundo a partir das ações e finalidades dos objetos nomeados e descritos, Cassirer fala em “caráter teleológico”. Este é, de acordo com ele, o traço marcante dos conceitos míticos, os quais obedecem um princípio de equivalência em sua formação, no qual os complexos perceptivos:

que se nos afiguram como altamente diversificados, seja do ponto de vista da percepção sensorial imediata, seja do ponto de vista de nossa classificação lógica, podem ser tratados como iguais na linguagem, de maneira que todo enunciado a respeito de um deles possa estender-se e transferir-se ao outro. (*ibid.*, p. 113)

Consta, entre os exemplos de formação de conceitos de onde o autor extrai suas conclusões, o exemplo dos Tarahumara, que empregam a mesma palavra para “dançar” e “lavar”, e que o fazem “não porque não lhes seja imediatamente manifesta a diferença entre as duas atividades, mas porque a dança e a lavoura servem, na sua visão das coisas, essencialmente para o mesmo fim, qual seja, prover meios de vida” (*ibid.*, p.59).

Em sua obra *Poetic Diction*, Owen Barfield parece fazer coro à noção de conceitualização teleologicamente orientada delineada por Cassirer. Contudo, Barfield desloca a discussão de perspectiva filogenética para uma perspectiva ontogenética. Ao examinar o processo de funcionamento das metáforas, o autor recorre a exemplos de resgate, em novos contextos, de itens lexicais anteriormente utilizados por um indivíduo em seu aprendizado da linguagem. O filósofo compreende que essa via do resgate é uma importante via pela qual uma inovação semântica pode obter sucesso comunicativo:

(...) que esses valores poéticos, aparentemente ‘metafóricos’ estavam latentes em significado desde o início. (...) Posteriormente, no desenvolvimento da linguagem e do pensamento, esses sentidos únicos se desdobram em pares contrastados - o abstrato e o concreto, o particular e o geral, o objetivo e o subjetivo. E a poesia que sentimos residir na linguagem antiga consiste apenas nisso, que, a partir de nossa consciência posterior, analítica, “subjetiva”, uma consciência que foi produzida junto com, e em parte por causa, desta divisão de significado, somos levados a experimentar novamente a unidade original. (BARFIELD, 1997, p. 85-86)

Procurando explicar como se dá o processo de aprendizado da linguagem, Barfield chama nossa atenção para certas testagens de determinação lexical de conceitos feitas pelos aprendizes da linguagem e para sua inibição e correção por parte da comunidade linguística, na medida em que entram em desacordo com os códigos linguísticos vigentes. Assim, no processo de educação, conceitos expressos pelo falante com extensão mais larga do que o usual gradativamente vão ganhando usos mais específicos, tornando-se semanticamente mais exclusivos:

Por exemplo, embora todo homem seja papai, isso não significa que a criança use

a palavra papai para expressar uma ideia geral, 'homem'. Ele não tem essa ideia geral. Ele tem um único significado, 'papai', mas é um significado que contém em si a capacidade de se dividir, ou se desdobrar ou se desenvolver em duas ideias separadas, 'Pai' e 'homem' (...). (*ibid.*, p. 82)

Em suma: partindo-se das premissas de que 1) é muito comum fazermos testagens normativas com os signos que aprendemos (sobretudo, crianças pequenas em fase pré-escolar ao aprenderem a articular oralmente tais signos), atribuindo aos mesmos significados mais abrangentes do que aqueles com que trabalham canonicamente os falantes competentes, e de que 2) essas testagens são feitas em um *modus operandi* teleologicamente orientado (por oposição às classificações taxonômicas), erige-se a tese de que a cognição humana plenamente desenvolvida preserva esse *modus operandi* e de que nossas práticas de comunicação, muito frequentemente, levam-nos a recorrer a esse expediente para a expressão de conceitos anônimos – em outras palavras, para a nomeação de conceitos não lexicalizados.

Entendemos que essa tese tem seus méritos na abordagem da questão sobre a compreensibilidade de usos não canônicos de signos. Entretanto, ela padece de fragilidades muito patentes, estando sujeita a diversas objeções. Tomando como ponto de partida as considerações de Goodman, em *Languages of Art* (GOODMAN, 1976, p. 73-77), listamos a seguir quatro grandes objeções que encontramos como principais:

I) A objeção do não compartilhamento das testagens normativas (testagens de uso do mesmo signo): se a ideia é de um resgate, pelas vias do proferimento do emissor, de um uso do signo já feito anteriormente pelo receptor e abandonado em decorrência da correção, isso implica em que ambos já devam ter dado expressão a um mesmo conceito valendo-se do signo em questão para que esse possa ser significativo ao ser utilizado em um momento posterior da vida de ambos. Obter o compartilhamento de significado seria, então, tirar a sorte grande.

II) A objeção da raridade das testagens normativas por parte de aprendizes da linguagem e do ainda mais raro resgate de tais testagens por parte de falantes competentes: entende-se que a frequência com que as crianças, e aprendizes de um sistema de linguagem em geral, fazem conceitualizações originais e as exprimem linguisticamente é muito inferior à frequência com que imitam e repetem (ainda que com dificuldade de articulação fonológica) as conceitualizações canônicas expressas por indivíduos com alta proficiência em um certo sistema de linguagem. Logo, haveria (implausivelmente) pouco material a ser recuperado se compararmos com a capacidade, em termos de quantidade e complexidade, de inovação semântica demonstrada por indivíduos proficientes.

III) A objeção do armazenamento injustificado, na memória de longo prazo, das regras *ad hoc* oriundas dessas testagens: se as testagens são *ad hoc* e não são eficazes em muitos contextos (eventualmente, nem mesmo nos contextos em que ocorrem), não se justifica cognitivamente seu armazenamento na memória de longo prazo.

IV) A objeção da aplicabilidade restrita da tese: restrita a casos em que a extensão do conceito não lexicalizado é superior à extensão do conceito lexicalizado. Ou seja, a tese não contempla casos em que a inovação busca tornar o léxico mais específico que o usual.

Cientes da contundência das objeções, a seguir buscaremos mostrar como as pesquisas recentes em Ciências Cognitivas podem contribuir para uma refutação das mesmas.

2. SLOT-FILLER CATEGORIES

Seguindo na esteira da revolução na Teoria dos Conceitos propugnada por Eleanor Rosch e seus colaboradores⁴, Lucariello e Nelson, em artigo intitulado “*Slot-Filler Categories as Memory Organizers for Young Children*”, publicado em 1985, investigam a natureza psicológica das operações de conceitualização. Os resultados obtidos pelos autores em sua realização de experimentos psicológicos com crianças em idade pré-escolar (entre 3 e 4 anos) trazem importantes evidências a favor da tese de que a formação de conceitos por orientação teleológica é uma operação de base em nossa estrutura cognitiva. Lucariello e Nelson propõem um contraste entre dois tipos de organização representacional de conhecimento: uma organização hierarquicamente arranjada a partir de operações taxonômicas (inclusões/exclusões em classes e identificações/diferenciações orientadas pela meta teórica de constituição do mais abrangente sistema classificatório internamente coerente) e outra organização arranjada esquematicamente a partir da instanciação de variáveis preenchedoras-de-frestas (*slot-fillers*) em contextos específicos. Chamam de “*script*”⁵ certo tipo de roteiro o qual representa a estrutura de eventos “organizados em termos de relações temporais e causais entre os atos componentes” (LUCARIELLO; NELSON, 1985, p. 272) e compreendem as *slot-filler categories* como categorias que reúnem itens que compartilham uma mesma função em um mesmo roteiro de evento (*script*). Tais categorias seriam formadas com base no princípio paradigmático de substituíbilidade em um quadro (*substitutability within a frame*).

Seus experimentos procuram mostrar que crianças em idade pré-escolar compreendem os eventos de que participam fundamentalmente com base na relação entre os roteiros estruturados (ex.: o que se come no almoço, o que se vê em um zoológico, o que se veste pela manhã) e objetos associados a essas ações. A conclusão central do artigo é de que o conhecimento de crianças pequenas é melhor organizado esquematicamente e não taxonomicamente, pois os experimentos mostram que memória e organização têm melhor desempenho nas bases das *slot-filler categories*. Para crianças na faixa etária entre 3 e 4 anos, conceitos taxonomicamente formados (mais inteiramente desenvolvidos hierarquicamente e mais independentes de contexto) são mais frouxamente organizados e se mostram menos memorizáveis.

De acordo com os autores, esses resultados não estabelecem um antagonismo entre os dois tipos de conceito, *slot-filler* e taxonômico. Os mesmos poderiam ser vistos como complementares: as subcategorias baseadas em *scripts* dariam origem, por combinação, às categorias taxionômicas típicas, as quais exigem níveis maiores de abstração, sendo mais contextualmente independentes. Objetos que compartilham a mesma função, mas ocorrem em *scripts* diferentes tendem a ser enquadrados, por falantes mais competentes, em uma mesma categoria, a qual passa a receber um nome que lhe é próprio (ex.: torrada no café da manhã e sanduíche de pasta de amendoim no almoço, ambos se deixam incluir na categoria superior “comida”).

Em seu trabalho, Lucariello e Nelson fornecem evidências empíricas de que formas não taxonômicas de conceitualização são muito pervasivas e fundamentais em nossa cognição (resgatando e fortalecendo o *insight* de Cassirer e Barfield). Porém, se o alvo de nossa investigação é o possível resgate de tais modos não taxonômicos de conceitualização em casos de variação semântica, precisamos de um tratamento teórico mais refinado. Essa demanda nos conduz ao modelo tripartite de conceito desenvolvido no seio da Teoria da Relevância.

3. A TEORIA DA RELEVÂNCIA

Em 1986, procurando dar o próximo passo na abordagem pragmatista da linguagem, Deirdre Wilson e Dan Sperber publicam *Relevance: Communication and Cognition* – obra na qual procuram mostrar que uma teoria da comunicação humana deve se apoiar em bases cognitivas, no que se chamou posteriormente de "pragmática experimental". Esse livro é essencialmente uma exploração da ideia de que existe um único dispositivo fundamental – o cômputo de relevância – regendo nossas operações cognitivas e, portanto, nossas operações comunicacionais de processamento de informação (SPERBER; WILSON, 1995, p. 46). Nessa concepção, a relevância seria "uma propriedade de inputs para processos cognitivos" (*id.*, 2012, p. 6) – sendo esses *inputs* uma vasta família: elocuições, pensamentos, memórias, ações, sons, visões, cheiros, e assim por diante (*id.*, 1995, 2001, v). O grau de relevância de um estímulo é obtido, nesse *framework*, por um cômputo de relevância, sendo a operação central de nossos processos cognitivos e comunicacionais. Tal cômputo se daria na forma de um cálculo (muitas vezes inconsciente) de custo e benefício. Por um lado, tendemos a extrair o máximo de efeitos cognitivos que um dado estímulo possa nos oferecer, por outro lado, tendemos a buscar o mínimo de esforço de processamento na interpretação desse estímulo.

Os efeitos cognitivos se dividiriam em: a) combinação da entrada de dados (estímulos) com as suposições (*assumptions*) contextuais previamente ativadas na memória operacional (imediate) de um certo sujeito de modo a se derivar daí novas inferências (implicações contextuais); b) fortalecimento ou enfraquecimento das suposições previamente ativadas ou de outras acessíveis mediante derivações dedutivas das primeiras; c) contradição entre suposições previamente existentes provocadas pela acomodação do conteúdo informacional do estímulo (em publicação de 2012, eles preferem falar em "revisões das suposições existentes" (*id.*, 2012, p. 6).

De acordo com os autores, os dois princípios gerais da teoria da relevância são o princípio cognitivo de que a cognição humana tende a se dirigir para a maximização da relevância e o princípio comunicativo de que as elocuições criam expectativas de relevância (comunicam uma presunção de sua própria relevância). Segue-se do princípio cognitivo que a atenção humana e seus recursos de processamento se voltam para as informações que parecem mais relevantes. Segue-se do princípio comunicativo que o ato de se dirigir a alguém cria uma expectativa de relevância ótima. Para melhor esclarecimento, consideremos o seguinte exemplo:

Pedro acorda sentindo-se doente e vai à médica. Depois de o examinar, ela poderá dirigir-lhe qualquer uma das seguintes declarações verdadeiras:

- (1) Está doente
- (2) Está com gripe
- (3) Está com gripe ou 29 é a raiz quadrada de 843 (SPERBER; WILSON, 2001, vi)

Nesse caso, a elocução (2) atinge a relevância ótima, distinguindo-se das demais. Isso porque, opostamente a (1), apresenta maiores efeitos cognitivos esperados e, opostamente a (3), não exige esforço de processamento desnecessário, para compreender uma informação desconectada com as metas da interação.

No estabelecimento de suas bases, os autores da Teoria da Relevância criticam o modo como Fodor procura fortalecer o modelo do código. Em *The Language of Thought*, Fodor procura mostrar que, na linguagem natural, as relações entre conceitos e signos (entes mentais e entes linguísticos) são, em geral, relações de um-para-um, sustentando a ideia de que "a comunicação de qualquer pensamento pode ser atingida ao proferirmos uma sentença idêntica a ele em conteúdo" (WILSON; SPERBER, 2012,

p.35). A tese de Fodor aparece nessa obra como uma crítica à pressuposição clássica de que há mais palavras na linguagem do que conceitos na mente. Os autores da TR, a seu turno, propõem uma tese alternativa a ambas ao afirmarem que é possível a um conceito ser operatório, ainda que não encontre item lexical correlato na linguagem. Defendem a tese de que nosso pensamento classificatório produz muito mais conceitos (...) do que nossa linguagem fornece nomes (ou formas de expressão econômicas) para os mesmos, entendendo que “a maioria dos conceitos mentais não se delinham (*map*) em palavras” (*ibid.*, p. 33). Abre-se aí um caminho para uma nova abordagem da tese da latência semântica. Vejamos como.

No que diz respeito a uma abordagem do conceito de conceito na Teoria da Relevância, a posição dos autores é um tanto sincrética, admitindo uma forma tripartite:

A informação que pode ser armazenada na memória em um determinado endereço conceitual cai em três tipos distintos: lógica, enciclopédica e lexical. A entrada lógica para um conceito consiste em um conjunto de regras dedutivas que se aplicam às formas lógicas das quais esse conceito é um constituinte. A entrada enciclopédica contém informações sobre a extensão e/ou denotação do conceito: ou seja, sobre os objetos, eventos e/ou propriedades que o instanciam. A entrada lexical contém informações sobre a contraparte em linguagem natural do conceito: a palavra ou frase da linguagem natural que o expressa. Nessa abordagem, um endereço conceitual é, portanto, um ponto de acesso à informação lógica, enciclopédica e linguística que pode ser necessária no processamento de formas lógicas contendo esse endereço. (SPERBER; WILSON, 1995, p. 86)

O descolamento entre conceito e item lexical proporcionado por essa distinção entre as entradas lógica, enciclopédica e lexical mostra a viabilidade da existência de conceitos funcionais (atuantes) em nossas atividades cotidianas, ainda que suas entradas lexicais⁶ sejam nulas ou vazias:

Ocasionalmente, uma entrada de um conceito particular pode ser vazia ou faltante. Por exemplo, um conceito como *e*, o qual não tem extensão, pode carecer de uma entrada enciclopédica. Nós vimos que nomes próprios e outros conceitos podem ser vistos como tendo uma entrada lógica vazia. Finalmente, pode haver conceitos que têm entradas enciclopédicas e lógicas e participam em processos cognitivos, mas que não são lexicalizados e, portanto, podem ter uma entrada lexical vazia (*ibid.*, p. 92).

O desenvolvimento dessa tese (originalmente defendida na obra de 1986) tem levado Wilson e Sperber a defender a pervasividade dos conceitos *ad hoc*. Sua posição em *Meaning and Relevance* (2012) é de que os enriquecimentos inferenciais do dito (tanto em explicaturas, quanto em implicaturas) são a regra e não exceções. Um exemplo: O verbo “abrir” pode expressar diferentes conceitos a depender do contexto. A ação requerida pela ordem “abra a máquina de lavar”, não é a mesma requerida por “abra a garrafa” ou por “abra a porta” ou por “abra sua mente”, etc. “Um verbo como ‘abrir’ atua como um indicador para indefinidamente muitas noções e conceitos” (*id.*, 2012, p. 43). Inclusive, “abrir a máquina de lavar” pode ter significados diferentes, como quando se vai lavar roupas ou se vai consertar um problema de funcionamento.

Mas perguntemos: qual seria o eixo central a conferir a devida estabilidade semântica a um conceito e, logo, variabilidade calculável aos usos de um mesmo item lexical? De acordo com Carston, celebrada entusiasta da TR:

[...] conceitos codificados lexicalmente na expressão linguística proferida podem ser pragmaticamente reforçados (ou estreitados) como parte do processo de

derivação do conteúdo explícito pretendido no proferimento – em cada caso, o processo envolve o acesso a um subconjunto relevante da informação (lógica e enciclopédica) disponibilizada pelo conceito lexical e seu uso para a construção do conceito pretendido, um conceito cuja extensão é um subconjunto próprio da extensão do conceito lexical. (CARSTON, 2002, p. 322)

Nos exemplos abaixo, podemos ver dois casos em que ocorre um estreitamento do conceito de ave, uma especificação, já que “ave” se refere a um tipo específico de ave:

- (4) “No natal, a ave estava deliciosa.”
 (5) “As aves circulavam por cima das ondas, à procura de peixe.”

Já metáforas e fala descontraída exigiriam do receptor uma operação interpretativa diametralmente oposta: a ampliação da extensão do conceito para além de seu uso canônico. “No caso de aproximações ou metáforas, a construção do conceito resulta em um alargamento do conceito codificado” (SPERBER; WILSON, 2012, p. 22).

Ou seja: de acordo com os teóricos da TR, a alteração da extensão pode ocorrer nos dois sentidos. Na operação cognitiva de alargamento, certas propriedades comuns a membros típicos do conceito deixam de ser computadas. Com menos notas características, a classe designada com um certo signo passa a abarcar mais membros do que o usual. A operação de estreitamento é diametralmente oposta: a observação de mais propriedades (ou relações) do que o usual é exigida para o estabelecimento da classe. Desse modo, o conceito se torna mais exclusivo, abarcando menos membros. Que propriedades devem ser selecionadas ou descartadas é algo que depende inteiramente do contexto e dos hábitos linguísticos dos falantes, é claro. Mas é imprescindível que eles partam, em sua comunicação, de certos cânones de uso dos signos (o código). É a exploração desses cânones associativos que permite a comunicação de um critério mais eficiente de seleção.

Com o acréscimo das noções de alargamento e estreitamento de significado, podemos dizer que a Teoria da Relevância passa por uma revisão: codificações conceituais se mostram, em muitos casos, não realmente *full-fledged concepts* (*ibid.*, p. 32), mas esquemas conceituais. Por essa perspectiva, sentenças da linguagem natural não codificam sentenças na linguagem do pensamento, mas, ao invés disso, fornecem *templates* ou *schemas* para a construção de sentenças na linguagem do pensamento. Assim, o processo é sempre seletivo: a forma lexical mapeia um endereço conceitual na memória ao qual está ligado um pacote de informações e a interpretação consiste em um acesso a esse pacote orientado por uma expectativa de relevância. Essa expectativa de relevância guia a seleção de determinadas informações. O conceito comunicado por uma palavra pode ir bem além do seu significado literal/dicionarizado por meio de estreitamentos ou alargamentos⁷.

4. UMA INCONSISTÊNCIA NA TR E A ALTERNATIVA DOS GOAL-DERIVED CONCEPTS

Entendemos que a TR apresenta algumas contribuições consideráveis para uma elucidação satisfatória do problema da inovação semântica. Entretanto, certos pressupostos assumidos por Wilson e Sperber se mostram filosoficamente muito frágeis e, se devidamente questionados, revelam inconsistências que não queremos inocular em nossa reconstrução da Tese da Latência Semântica.

Um primeiro problema está na tese ousada de que a meta geral da cognição

humana é a ampliação do nosso conhecimento de mundo, assumindo que há total compatibilidade entre preferências, habilidades e expectativas de utilidade do emissor em uma dada situação e a meta geral do aumento das informações em termos de quantidade, veracidade e recuperabilidade (SPERBER; WILSON, 1995, p. 47). A nosso ver, essa última assunção revela uma abordagem excessivamente intelectualista da cognição⁸. Tal abordagem não abre espaço para um esclarecimento das relações entre ação e conceito – não abre espaço, sobretudo, para situações em que a execução de uma ação é viabilizada não pela ampliação do conhecimento de mundo do agente, mas por sua restrição e por sua modulação, pela seleção de aspectos teleologicamente relevantes.

Um segundo problema que salta aos olhos é a tese da seletividade de contextos⁹. Wilson e Sperber propõem como ferramenta teórica uma concepção de contexto bem diversa daquela que classicamente vigora em filosofia da linguagem e mesmo em certos modelos de Cognição Corporificada (*Embodied Cognition*). Opondo-se à concepção tradicional de que um contexto é “composto de um conjunto de pressuposições que são mutuamente conhecidas pelos participantes ou que, pelo menos, seriam aceitas como não controversas” (LEVINSON, 2007, p. 270), os autores trabalham com a ideia de que contextos são conjuntos de proposições selecionadas com base nos estímulos recebidos pelo sujeito/agente. Temos aí uma concepção normativamente fraca em que se transforma o contexto em um constructo individual. Mas se contextos são meramente subconjuntos das assunções de um indivíduo (restringindo-se aos estados epistêmicos de um indivíduo e não abarcando as crenças comuns ou proposições comumente aceitas por grupos de indivíduos) e se os mesmos são passíveis de seleção na dinâmica do cômputo de relevância (SIMONS, 2005, p. 334-335), o que garante, na TR, a continuidade (e a coercitividade) normativa que caracteriza uma situação ou atividade? E o que se perde com a obliteração de um conceito normativamente forte de contexto?

Ao tratarem a compreensão do contexto em termos computacionais (sendo cada componente do contexto um conteúdo proposicional) Wilson e Sperber inviabilizam qualquer exame de possíveis componentes não representacionais ou, ao menos, não inferenciais ao nível da cognição básica (*low-order*).

Entendemos que as dificuldades que aqui apresentamos, mais do que conduzirem a um mero impasse interpretativo, conduzem a uma séria inconsistência. Wilson e Sperber, com seu conceito tripartite de conceito, querem abarcar as mais diferentes formas de arranjo conceitual: esquemas, quadros, protótipos, *scripts* (SPERBER; WILSON, 1995, p. 88), etc., entretanto, pela adoção dos pressupostos problemáticos acima, tornam inviável tal projeto. Do modo como compreendemos, falta à abordagem proposta pelos autores meios de elucidação da própria natureza de esquemas e *scripts* – os quais, do ponto de vista de seus formuladores, devem ser compreendidos como conteúdos não proposicionais de formação teleologicamente orientada, como veremos a seguir. Falta também a essa abordagem uma noção de contexto normativamente forte (situação) que explique a formação de conceitos empíricos com base em esquemas e *scripts*. Ademais, dada a ausência de um conceito de contexto normativamente forte no modelo proposto pela TR, o modo como esquemas e *scripts* são estabelecidos e armazenados na memória de longo prazo fica obscuro¹⁰.

Para pensarmos sobre os modos de abordagem da variação semântica a partir da TR e seus desafios, consideremos a seguinte passagem, extraída do romance *A Consciência de Zeno*, de Ítalo Svevo:

Túlio voltara a falar da doença, que era sua principal distração. Havia estudado a

anatomia da perna e do pé. Contou-me a rir que, quando se anda rápido, o tempo que se gasta para dar um passo não é mais que meio segundo, mas nesse meio segundo nada menos que cinquenta e quatro músculos se movem. Fiquei maravilhado e imediatamente corri com o pensamento para minhas pernas em busca da máquina monstruosa. Creio havê-la encontrado. Naturalmente não esmiucei as cinquenta e quatro engrenagens; ocorreu, porém, uma complicação enorme que se desengrenou toda a partir do momento em que nela fixei minha atenção.

Saí do café mancando um pouco e durante alguns dias não parei de mancar. O caminhar tornou-se para mim um esforço tremendo, até ligeiramente dolorido. Àquele emaranhado de articulações parecia agora faltar óleo, e elas, ao mover-se, iam-se lesionando cada qual por sua vez. Dias depois, fui vítima de outro mal mais grave de que ainda falarei e que amenizou o primeiro. Mas até hoje, se alguém me observa enquanto me locomovo, os cinquenta e quatro movimentos se embarçam e fico na iminência de cair. (SVEVO, 2003, p. 94-95)

Poderíamos mencionar uma miríade de outros excertos de grandes textos literários aqui. Poderíamos procurar por excertos que apresentassem modos de seleção de aspectos que ilustrassem a busca de ganho cognitivo pela via de “um grande apanhado de efeitos cognitivos fracos” (*a wide array of weak cognitive effects*) – este é o modo como a TR encara metáforas com alto “efeito poético” (SPERBER; WILSON, 2012, p. 92; p. 118). Mas entendemos que a passagem acima é particularmente instigante por desafiar essa concepção, uma vez que ilustra bem uma hipótese alternativa acerca de como a restrição de propriedades (*narrowing*) metafórica recebe sua modelagem: de acordo com essa hipótese, a modelagem (seleção de aspectos relevantes) tem por base uma estrutura cognitiva pré-conceitual de cunho esquemático, a qual, na detecção de uma dada situação, ativa em bloco uma determinada configuração sensorio-motora compatível e eficaz. Nos casos de ausência de itens lexicais que permitam exprimir linguisticamente tal configuração experiencial, metáforas e conceitos *ad hoc* em geral entram em cena, na forma de ramificações (*entailments*) emergentes mediante as quais o emissor pode evocar no receptor a rememoração de uma esquematização anônima, porém, funcional.

Enquanto ignorava a fisiologia da perna, o protagonista, Zeno, apesar de sofrer terrivelmente suas dores de amor não correspondido, sentia-se capaz de caminhar com toda eficiência. Após ser informado por Túlio, o coxo, da avassaladora engrenagem mecânica e bioquímica exigida para a obtenção de um passo, Zeno, inteiramente tomado por seu sofrimento e fusionando todas as novas informações com esse jogo jogado na surdina, nunca mais consegue caminhar com a mesma fluidez. Claro está que o caso não envolve um simples acréscimo de informações (ganho quantitativo) acerca da perna – aumento do conhecimento acerca do ambiente cognitivo. Ao passar a ver a perna como uma “máquina monstruosa”, sistema articulado composto de 54 engrenagens, Zeno *perde a capacidade de perceber* a perna como uma unidade, um membro único, relativamente simples e, logo, fácil de controlar.

Uma forma satisfatória de elucidar a inteligibilidade de uma inovação semântica como essa com que nos oferta Svevo é fazendo recurso à noção de esquema-imagem (*image schema*) e, mais especificamente, às ramificações (*entailments*) de um esquema-imagem que George Lakoff e Mark Johnson denominam *part-whole* (LAKOFF, 1987, p. 273). Zeno perde a capacidade de perceber a perna como um todo e fixa-se na heterogeneidade de suas partes¹¹. A metáfora da máquina monstruosa seria, então, uma ramificação do esquema-imagem que convida o leitor a uma transição entre perspectivas. Em obras publicadas separadamente em 1987, e depois novamente juntos

no posfácio da edição de 2003 de *Metaphors We Live By*¹², os autores denominam “esquemas-imagem” essas estruturas cognitivas muito gerais com base nas quais construímos, na forma de ramificações, muitos conceitos metafóricos e não metafóricos. De acordo com Johnson, um esquema-imagem ou esquema corporificado (*embodied*) é

(...) um padrão, uma forma e uma regularidade recorrentes em, ou de, tais atividades de ordenação em andamento. Esses padrões emergem para nós como estruturas significativas principalmente no nível de nossos movimentos corporais através do espaço, de nossas manipulações de objetos e de nossas interações perceptivas. (JOHNSON, 1992, p. 29)

Um esquema, segundo Johnson, é “um padrão *de* ação assim como um padrão *para* a ação” e nos proporciona “expectativas e antecipações que influenciam nossas interações com o nosso ambiente.” (*ibid.*, p. 21, grifo nosso). Ele afirma ainda que aquilo que denomina “‘esquemas-imagem’ têm um certo caráter cinestésico – eles não estão vinculados a qualquer modalidade perceptual singular, embora nossos esquemas visuais pareçam predominar” (*ibid.*, p. 25). Essa característica multimodal permitir-nos-ia uma compatibilização entre esquema-imagem e uma certa concepção de conceitos *ad hoc* que apresentaremos adiante. Em obra publicada também em 1987, Lakoff entra em consonância com Johnson quanto às evidências de que tais “esquemas-imagens cinestésicos” seriam de ordem pré-conceitual e, dessa forma, “primariamente envolvidos com percepção e ação corporificada (*embodied*)” (MULAİK, 1995, p. 293). Em *The Embodied Mind*, a primeira geração de enativistas lança luz sobre o conceito, dizendo que esquemas-imagem “emergem de certas formas básicas de atividades e interações sensorio-motoras e, assim, fornecem uma estrutura pré-conceitual para nossa experiência” e estruturam os domínios cognitivos sobre os quais eles são imaginativamente projetados (VARELA; THOMPSON; ROSCH, 1993, p. 178)¹³.

Feita essa elucidação da natureza dos esquemas, perguntemo-nos: o que falta à Teoria da Relevância para dar conta, de modo satisfatório, de inovações semânticas como a que foi apresentada ao início dessa seção? Como essa teoria poderia dar conta das estruturas pré-conceituais de nossa experiência de que falam enativistas e teóricos da metáfora conceitual? Entendemos que o exemplo apresenta conceitos *ad hoc* formados por identidade funcional (teleologicamente orientados) como aqueles estudados por Cassirer e Barfield e que os mesmos só podem ocorrer e se tornar passíveis de compreensão dada a inserção de mentes corporificadas (*embodied minds*) em contextos de ação.

Como vimos, uma das fontes da insuficiência da TR a esse respeito é a seguinte: tendo as assunções que compõem um contexto sempre conteúdo empírico, na visão de Wilson e Sperber, sua ideia de conhecimento acerca do ambiente cognitivo se reduz a conhecimento produzido inferencialmente. Nessas bases, o exame da compreensibilidade do contexto de ação deve se fazer mediante uma conversão de tudo o que possa ganhar contornos de *know-how* em formas de *know-that*.

Nossa tese é de que esquemas-imagem não apresentam estrutura proposicional: não são estruturas abstratas na forma sujeito-predicado, e essa também é, por sinal, a posição dos formuladores do conceito¹⁴. Do modo como compreendemos, não há vias satisfatórias para uma elucidação da natureza de esquemas e *scripts* e de seu papel na inovação semântica que não passem, senão por uma elucidação do conceito de *know-how* propriamente dito, ao menos por uma elucidação do tipo de conteúdo cognitivo (se representacional ou não e em que medida) que está em jogo na percepção e na compreensão *on-line*, isto é, situada.

5. BARSALOU E A CONCEITUALIZAÇÃO SITUADA

Seguindo adiante em nossa busca por esclarecimentos acerca da compreensibilidade de inovações semânticas e suas relações com o agir, investigamos a viabilidade da compatibilização da TR (no que essa teoria tem de meritório) com a existência de conceitos *ad hoc* formados por orientação teleológica, conforme proposto por Lawrence Barsalou. Nossa ideia é de que esse autor fornece ainda uma última peça faltante para uma revitalização da Tese da Latência Semântica.

Em um artigo seminal denominado “*Ad hoc categories*” (1983), Barsalou segue a trilha aberta pela descoberta da estrutura graduada dos conceitos e demonstra que conceitos *ad hoc* ou de ocasião (ex.: “coisas para se vender em uma venda de garagem”, “meios de fazer amigos”, “meios de escapar de ser assassinado pela máfia”) apresentam gradações de tipicidade que operam do mesmo modo que operam as gradações de tipicidade em categorias comuns, como “frutas” e “móveis” (BARSALOU, 1983, p. 211)¹⁵. Tais categorias ou conceitos *ad hoc*, na abordagem de Barsalou, são conceitos que precisam ser evocados para organizar atividade específica. O autor procura mostrar que categorias *ad hoc* são estabelecidas para o alcance de metas e apresenta a tese de que nossas ações se deixam reger por conceitos plenamente funcionais ainda que anônimos (não devidamente lexicalizados em um determinado código).

Em artigo de 1991, o *framework* proposto por Barsalou indica que categorias taxonômicas comuns e categorias derivadas de metas (*goal-derived*) desempenham papéis complementares em nosso sistema cognitivo: as primeiras fornecem blocos de construção para modelos de mundo e as últimas, interfaces entre modelos de mundo e quadros de evento para alcançar metas (*event-frames for achieving goals*). Delineia-se uma distinção entre modelagem de mundo e modelagem de quadro de evento. Sua tese central nesse texto é de que “categorias derivadas de metas fornecem os mapeamentos de atributos de quadro (*frame attributes*) a modelos de mundo que tornam a realização de meta possível” (BARSALOU, 1991, p. 3)¹⁶.

Contudo, numa mudança de trajetória semelhante àquela feita pelos autores da TR, Barsalou foi deixando de trabalhar com a ideia de que a distinção entre conceitos comuns e conceitos *ad hoc* é uma distinção de natureza (cf. BARSALOU, 2010, p. 87). Em artigos publicados a partir de 2005, o autor passa a tratar não somente conceitualizações *ad hoc*, mas conceitualizações em geral como operações de modelagem, i.e., seleções de aspectos relevantes em sentido forte¹⁷. Entretanto, ele se distancia de Wilson e Sperber, por defender uma posição *sui generis* quanto à natureza dos conceitos. Enquanto os teóricos da TR se mantêm apegados ao modelo proposto por Fodor, no sentido de distinguir sistemas sensoriais de *input* e um sistema central conceitual, “Barsalou tem notoriamente insistido na tese de que conceitos são baseados em representações sensório-motoras” (MAZZONE, 2014, p. 591). Um conceito não seria, senão, na perspectiva desse autor, uma composição multimodal não centralizada a qual ele denomina “simulador”. Um simulador seria um conceito em toda sua amplitude sensório-motora (cada estímulo de certa natureza seria armazenado na forma de padrões de ocorrência modalmente específicas)¹⁸. Esse arcabouço informacional, contudo, nunca seria acessado em sua integralidade. Sua reativação ocorreria sempre em pequenos conjuntos, na forma de simulações específicas (BARSALOU, 2005, p. 625) que Barsalou denomina “conceitualizações situadas”¹⁹. Em suas palavras “um conceito oferece, em diferentes situações, diferentes pacotes de inferências, cada um adaptado aos respectivos objetivos e restrições” (*ibid.*, p. 626). Uma conceitualização situada, ao invés de operar de modo amodal representando aspectos perceptuais (à la Fodor), representaria tais aspectos, (na forma de simulação) em seus sistemas modalmente

específicos (*ibid.*, p. 627)²⁰.

Desse modo, um conceito seria não uma unidade representacional de atuação *off-line*, e sim “a competência ou habilidade de produzir uma ampla variedade de conceitualizações situadas que promovem a realização de metas em contextos específicos” (*ibid.*, p. 626). O representacionalismo brando de Barsalou não pressupõe propriedades pré-dadas que constituam a essência do objeto e, com isso, uma primazia de certos dados sensoriais sobre outros para além de contextos específicos (situações). Isso porque a representação conceitual, conforme essa concepção, só se estabelece como tal no próprio ato de seleção de aspectos orientada pela ação. Não haveria ainda, no estoque bruto de memórias modalmente específicas, uma objetualidade propriamente dita. O objeto encontraria sua individuação no próprio ato da seleção de propriedades relevantes, i.e., no próprio ato da conceitualização situada²¹. Nessas bases, entendemos que o conceito de conceitualização situada, conforme elaborado pelo referido autor, tem o mérito de retirar um pouco a centralidade da formação de conceitos pela seleção de notas características nos estudos da cognição em prol das operações de seleção situada (ou *on-line*)²². Desse modo, o modelo proposto por Barsalou comporta operações de seleção teleologicamente orientada, nas quais, para usar os termos de Cassirer, objetos são assemelhados por ocuparem “lugar idêntico ou análogo no conjunto das ações e finalidades humanas” (CASSIRER, 2009, p. 59). Fica explícita aí a viabilidade explanatória do modo não-taxonômico de seleção de semelhanças que Cassirer vê como característico de nosso modo de “percepção originária” (*ibid.*, p. 28).

O modelo de cognição simulacionista e multimodal desenvolvido por Barsalou nos permite guardar distância de um representacionalismo de cunho intelectualista por admitir grande variedade de formas de conceitualização. Esse pluralismo conceitual permite abarcar a formação teleologicamente orientada de conceitos *goal-derived* conforme apresentados na Tese da Latência Semântica, mas não apenas isso. Permite ver um *continuum* (numa direção *bottom-up*) entre esquemas-imagem e conceitos *goal-derived*. A multimodalidade dos conceitos se adapta bem à ideia de Johnson de que esquemas-imagem não têm estrutura proposicional (JOHNSON, 1987, p. 23) e apresentam caráter sinestésico (*ibid.*, p.25).

6. A TEORIA DA LATÊNCIA SEMÂNTICA REPAGINADA

Encontramo-nos finalmente em condições de defender a tese de que conceitos *ad hoc* (como os *goal-derived*) são habilidades de conceitualização que exploram as múltiplas formas de esquematização de dados modalmente específicos. A ideia é de que a latência semântica em jogo em conceitualizações situadas se espalha muito para além de termos nominais e seus correlatos mentais (como sugerem Barsalou e Cassirer), adentrando o campo de uma cognição mais básica (*low-order*), na forma de esquemas-imagem e *scripts* pré-taxonômicos. Se isso procede, então se pode inferir que, em grande parte dos casos, a inovação semântica se dá não pela reativação de um uso abandonado do signo, mas por uma nova ramificação de um esquema (ou *script*), o qual confere unidade a todo um sistema internamente coerente de conceitos²³.

Apresenta-se agora a oportunidade de retomarmos o tema da diferenciação entre semelhança funcional e semelhança taxionômica desenvolvida originalmente por Cassirer. Pela perspectiva proposta, a organização taxionômica de conceito se orienta pela reunião do maior número de semelhanças *in abstractu* (fim teórico) – i.e., pela reunião de semelhanças que se mantém mais estáveis ao longo da sucessão de contextos

frequentes, de modo *off-line* –, ao passo que a organização de conceito derivada de meta (*goal-derived*) se orienta pela seleção dos aspectos relevantes para um dado fim prático em um contexto de ação específico. Ressalta-se que a apreensão de semelhanças que guia tal conceitualização não segue a medida da maior quantidade e sim a medida da qualidade ótima ou funcional²⁴. Assim, a seleção dos aspectos perceptuais melhor acoplados à situação é a seleção dos aspectos mais relevantes. A formação de conceito por identidade funcional deve ser vista, então, como um tipo de formação de conceito por imersão em atividade: para certos fins, tais objetos (ou propriedades, ou relações) são iguais, tais termos são sinônimos. E qual seria, por essa perspectiva, a natureza dos conceitos plenamente representacionais? Seguindo Barsalou (mas também Lucariello e Nelson) poderíamos assumir que a ocorrência das mesmas seleções *goal-derived* com frequência e em contextos diferentes seria uma via plausível de formação de conceitos taxonômicos. Mas, decerto, ainda há muito o que se discutir a respeito dessa passagem *scaling up* para uma cognição de ordem superior e não temos a pretensão de abordar esse espinhoso tema no presente trabalho. Basta, por hora, deixar indicado que o modelo dos esquemas-imagem e suas ramificações metafóricas proposto por Lakoff e Johnson é uma via explanatória que goza de consistência considerável²⁵.

Ao admitir a existência massiva de conceitos funcionais não lexicalizados e, ao mostrar a viabilidade do funcionamento pleno de conceitos não lexicalizados, a TR fornece bases para o estudo da compreensão de inovações semânticas. Desse modo, não precisaríamos abordar a latência semântica em termos de resgate de conceitos (ociosos ou desativados) produzidos durante a aprendizagem, como na tese original. Contudo, como vimos, a TR padece de uma inconsistência considerável: não abre espaço para a distinção entre conceitualizações taxonomicamente orientadas e conceitualizações teleologicamente orientadas. Portanto, não abre espaço para situações em que a seleção de aspectos relevantes se dê pela estruturação ontológica de quadros de eventos (*event-frames*) a partir de esquemas-imagem, i.e., não contempla o fato de que certas situações de conceitualização requerem aqueles efeitos cognitivos *e somente aqueles* que conduzem a certas metas esperadas ou a configurações perceptuais exigidas pela coerência interna e aplicabilidade do quadro de eventos.

Talvez agora, munidos das noções de modulação (ou seleção da extensão) e de conceitualização teleologicamente orientada, e sob o pano de fundo da superioridade numérica dos conceitos com relação aos itens lexicais, tenhamos logrado lançar alguma luz sobre certas formas de inovação semântica via conceitos *ad hoc*. Nesse caso, a seleção de aspectos relevantes operaria alterações de extensão orientadas por identidade funcional tendo em vista uma certa meta esperada ou a configuração perceptual exigida pela coerência interna e aplicabilidade do quadro de eventos.

Quando Lakoff e Johnson assumem que esquemas-imagem são condições para a formação de metáforas novas e outros tipos de inovação semântica, o que está em questão é como nossa percepção do mundo por meio de quadros de evento é condicionada por esses esquemas. O esquema, como uma “estrutura contínua de uma atividade organizadora” (JOHNSON, 1992, p. 29), dada sua eficácia para o desempenho de certas atividades, dá as bases para uma seleção dos aspectos do ambiente mais relevantes para a execução da ação (i.e., para a constituição do quadro de evento propriamente dito). Um emissor, ao lançar mão de uma ramificação verbal de um esquema, intenciona fazer com que seu receptor veja as coisas como ele vê, i.e., que ele ou ela utilize sua atenção na chave de relevância que orienta seu quadro de evento (ou plano de ação). A adoção de uma tal perspectiva sensorial obviamente licencia ações e interdita outras tantas.

Acreditamos que os rumos tomados pelos estudos acima apresentados conduzem

a um aprimoramento da Tese da Latência Semântica na seguinte medida: não precisamos mais nos ater a casos de testagem normativa anterior compartilhada entre emissor e receptor. Tais casos, como nota Nelson Goodman em *Languages of Art*²⁶, parecem não ser assim tão numerosos. Contudo, o compartilhamento de esquemas-imagem e *scripts*, os quais dão as bases para uma miríade de inovações semânticas na forma de ramificações coerentes parece ser muito mais frequente. E esse compartilhamento se daria não na forma de um conhecimento mútuo de cunho intelectual (conceitualmente claro e distinto), mas de um *know-how* que determina as bordas da efabilidade das experiências. Esquemas-imagem e *scripts*, como estruturas muito básicas de associação (atuantes já no âmbito perceptual, sensorio-motor), não necessitam de entradas lexicais codificadas e nem mesmo de um sistema central conceitual para se fazerem eficazes.

CONCLUSÃO

Dissemos, de início, que a versão da Tese da Latência Semântica aqui delineada não padeceria das fragilidades da versão original. Vejamos, então, como essa versão repaginada permite a refutação das quatro objeções levantadas ao início em relação à tese original.

Refutação da primeira objeção (não compartilhamento das testagens normativas): Não se trata do mesmo uso de um signo e sim da formação de um conceito (ou conceitualização situada) *ad hoc* em uma prática comum, tendo em vista um fim comum ou, ao menos, um conceito acessível (por modulação) dado certos objetivos requeridos pelo contexto (o imperativo social da articulação de certos esquemas de percepção fundamentais). O que se compartilha não é o uso anterior do signo numa dada acepção, e sim a participação numa dada prática ou em práticas normativamente similares e a capacidade da modulação orientada teleologicamente. O uso de um signo não precisa ser compartilhado em um sentido pleno, basta que signos se encadeiem de modo satisfatório, i.e., com ordem e extensão adequada aos objetivos da ação e nas bases de um compartilhamento mais fundamental: o dos esquemas-imagem e *scripts*. Trata-se de um deslocamento da discussão: não ancoramos mais a compreensão de novas articulações em testagens lexicais e sim na vasta gama de experiências anônimas reunidas na memória de integrantes de uma mesma comunidade diariamente. A escolha de um item lexical para exprimir um tal conceito formado nos contextos dessas experiências seria a escolha do meio mais relevante de selecionar os aspectos que constituem o conceito.

Refutação da segunda objeção (raridade das testagens normativas): Essa tese da frequência inferior é fruto do mesmo equívoco presente na objeção anterior. Ela é inferida com base no uso do signo e não com base na operação de conceitualização (mental). Mais uma vez, é preciso reorientar a discussão: trata-se da frequência de construção de conceitos *ad hoc*, muitas vezes anônimos, e não da frequência de uso de um mesmo signo. Isso fica bem claro na afirmação de Wilson e Sperber de que nosso sistema central produz muito mais conceitos do que nossa linguagem fornece nomes (ou caracterizações econômicas) para os mesmos (SPERBER; WILSON, 2012, p. 33).

Refutação da terceira objeção (armazenamento injustificado): Barsalou procura demonstrar (e também Lucariello e Nelson, em bases empíricas semelhantes) que conceitos *ad hoc* (*goal-derived*) desempenham um papel ímpar na memória: Conceitos *goal-derived* participam ativamente da organização da memória de longo prazo; por serem categorias transversais, seu armazenamento é eficaz para capturar informações

sobre entidades que são úteis para se atingir objetivos não antecipados (BARSALOU, 1991, p. 54). Como vimos, o autor entende que “categorias derivadas de metas (*goal-derived*) promovem as projeções (*mappings*) de atributos de quadro (*frame attributes*) em modelos de mundo, de modo a tornar possível uma realização de meta” (*ibid.*, p. 3). Esquemas de ação devem ser armazenados para garantir a eficácia e pronta resposta às demandas práticas de certas situações corriqueiras. Ademais, o armazenamento mnemônico de um conceito não está condicionado à existência de um item lexical econômico (nome) para o conceito. Como mostram Wilson e Sperber, a estabilização de novos conceitos mentais não é determinada pela efiabilidade (SPERBER; WILSON, 2012, p. 45), “habilidade de reconhecer e pensar sobre o humor, o clima, a dor, é evidência de que se tem um arquivo ou entrada mental correspondente estável, i. e., um conceito mental” (*ibid.*, p. 44).

Refutação da quarta objeção (aplicabilidade restrita): Vimos que a TR abarca, com desenvoltura, tanto o alargamento (*abroadening*) quanto o estreitamento (*narrowing*) da extensão de conceitos. O fato de que os autores que nos serviram de base para uma revitalização da Tese da Latência Semântica não trabalharem com uma concepção forte de sentido literal, fundada na relação um-para-um entre signo e conceito, permite a formulação de uma concepção muito mais versátil de seleção de aspectos relevantes do que aquela com que trabalhavam Cassirer e Barfield.

Com base no que foi apresentado, pensamos ter logrado demonstrar que uma revitalização da Tese da Latência Semântica por meio de um instrumental fornecido pela Teoria da Relevância e pelo modelo da Conceitualização Situada (no bojo da Teoria da Simulação Semântica de Barsalou) pode ser bem-sucedida, i.e., pode lançar luz sobre alguns aspectos nebulosos das infrações significativas de códigos linguísticos a que Goodman certa feita denominou “erros-categoria calculados” (GOODMAN, 1976, p. 73). Vimos que uma teoria que busque algum sucesso nessa seara precisa dar conta da formação e da compreensibilidade de conceitos *ad hoc* fundados em esquemas e *scripts* e que isso significa dar conta de operações cognitivas de preenchimento de fresta (*slot-filler*) e de orientação para uma meta.

Em outras palavras, uma teoria que busque algum sucesso no estudo da inovação semântica precisa mostrar claramente como se relacionam conceitos e ações. Entendemos que a abordagem aqui delineada, a qual situa a formação e a funcionalidade dos conceitos em uma ordem cognitiva mais básica, anterior (em termos ontogenéticos) ao papel desempenhado pelos mesmos em sistemas teoricamente orientados (taxonômicos), abre caminho para uma exploração nesse sentido. O cunho não intelectualista dessa abordagem da relação entre conceito e ação se faz notar pelo modo como a cognição, mesmo aquela de ordem perceptual, é analisada nos termos da simulação mental e de uma concepção multimodal de conceito.

Entendemos, chegando ao fim desse trabalho, que uma reabilitação da Teoria Latência Semântica nas bases de um modelo de cognição corporificada é viável e talvez seja um caminho promissor. Se entendemos que conceitualizações fundadas na percepção de semelhanças por equivalência funcional são distintas, em termos operacionais, daquelas fundadas na busca (em diferentes contextos) da maior quantidade de propriedades comuns entre dois objetos, temos, assim nos parece, o vislumbre de uma via teórica mais plausível para a explicação da nossa capacidade de distinguir entre os usos de signos que são eficazes no acionamento de conceitualizações *ad hoc* e aqueles que são ineficazes.

Uma consideração final: compreendemos que a centralidade que Barsalou e certos teóricos enativistas, como Alva Noë, vêm conferindo ao estudo das habilidades (*skills*) de conceitualização no âmbito da percepção deve ser vista como um

encaminhamento pontual de uma pesquisa mais ampla acerca do elo entre cognição perceptual e cognição de ordem superior (i.e., sobre o chamado problema da integração explanatória – ROLLA; CARVALHO, 2020, p. 165). Assumimos que, ao lançarem mão da ideia de que os esquemas que organizam nossa cognição básica têm caráter esquemático, Lakoff e Johnson parecem se comprometer (ainda que à revelia) com uma proposta de representação mínima atuante já no âmbito da percepção. Esse compromisso os situa – e nos situa, visto que lançamos mão de seu instrumental teórico no presente trabalho – na posição de defensores de um representacionalismo parcimonioso, talvez não tão distante quanto gostaríamos daquela defendida por autores como Wheeler e Rowlands com suas *action-oriented representations* (AORs). Contudo, um modelo como aquele proposto por Noë, em *Action in Perception*, centrado nas habilidades de acesso que fazem de estímulos sensíveis percepções propriamente, mostram-nos a viabilidade de uma abordagem da compreensão prática (com suas estruturas *on-line*, proto-conceituais) em termos mais claramente não representacionais... enfim, um ponto para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

- BARFIELD, O. *Poetic Diction*. Connecticut: Wesleyan, 1997
- BARSALOU, L.W. Ad hoc categories. *Memory & Cognition*, v.11, n.3, p. 211-227, 1983.
- BARSALOU, L.W. Deriving categories to achieve goals. *The psychology of learning and motivation*, v. 27, p. 1-64, 1991.
- BARSALOU, L.W. Situated conceptualization. In: COHEN, H.C.; LEFEBVRE, C. (ed.) *Handbook of Categorization in Cognitive Science*. Amsterdam: Elsevier, 2005. p. 619-636.
- BARSALOU, L.W. Ad hoc categories. In: Hogan PC (ed) *The Cambridge encyclopedia of the language sciences*. Cambridge University Press: New York, 2010. p. 87-88.
- BLACK, M. *Models and Metaphors: studies in language and philosophy*. New York: Cornell University Press, 1962.
- BRIGANDT, Ingo. The epistemic goal of a concept: accounting for the rationality of semantic change and variation. *Synthese* 177: p. 19–40, 2010.
- CAMPOS, J; RAUEN, F.J (Orgs.). *Tópicos em Teoria da Relevância*. Porto Alegre: Edpuers, 2008.
- CASANTO, Daniel & LUPYAN, Gary. All Concepts are Ad Hoc Concepts. In *The Conceptual Mind: New directions in the study of concepts*. E. Margolis & S. Laurence (Eds.). Cambridge: MIT Press, 2015. p.543-566.
- CASSIRER, E. *Linguagem e Mito*. Trad: J. Guinsburg e Miriam Schnaiderman. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- CARSTON, R. *Thoughts and Utterances: The Pragmatics of Explicit Communication*. Oxford: Blackwell, 2002.
- COSTA, J.C. da. A teoria da relevância e as irrelevâncias da vida cotidiana. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v.5, p. 161-169, 2006.
- DOKIC, J. Situated Representations and Ad Hoc Concepts. *Saying, Meaning and Referring: Essays on François Recanati's Philosophy of Language*, Palgrave Macmillan, p. 203-216, 2007.
- FODOR, J. *The Language of Thought*. New York: Thomas Crowell Co, 1975.
- GALLAGHER, S. *Enactivist Interventions: Rethinking the Mind*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- GOODMAN, N. *Languages of Art: An approach to a Theory of Symbols*. Indianapolis: Hackett, 1976.
- JOHNSON, M. *The Body in the Mind: the bodily basis of meaning, imagination and reason*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.
- KANT, I. *Lógica*. Trad.: Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- LEVINSON, S. *Pragmática*. Trad.: Luís Carlos Borges e Aníbal Mari. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- LUCARIELLO, J.; K., NELSON. Slot-Filler Categories as Memory Organizers for Young

- Children. *Developmental Psychology*, Vol. 21, No. 2, p. 272-282, 1985.
- LAKOFF, G. *Women, Fire, and Dangerous Things: what categories reveal about the mind*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.
- LAKOFF, G. Some Empirical Results about the Nature of Concepts. *Mind and Language* Vol. 4, p. 103-129, 1989.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors We Live By*. Chicago: The University of Chicago Press, 2003.
- MAZZONE, M. Crossing the Associative/Inferential Divide: Ad hoc Concepts and the Inferential Power of Schemata. *Rev. Phil. Psych.*, p. 583-599, 2014.
- MULAIK, S.A. The Metaphoric Origins of Objectivity, Subjectivity, and Consciousness in the Direct Perception of Reality. *Philosophy of Science*, Vol. 62, No. 2 (Jun., 1995), p. 283-303.
- NEWEN, A.; DE BRUIN, L.; GALLAGHER, S. *The Oxford Handbook of 4E Cognition*. New York: Oxford University Press, 2018.
- NOË, A. *Action in Perception*. Cambridge: The MIT Press, 2004.
- OLIVEIRA, M.B. Conceitos e estrutura mental. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, v. 14, p. 73-91, 1991.
- ROLLA, G; CARVALHO, E.M. O desafio da integração explanatória para o enativismo: escalonamento ascendente ou descendente. In: *Prometheus: journal of philosophy*, n.33, p. 161-181, 2020.
- ROSCH, E.H. Natural Categories. *Cognitive Psychology*, n. 4, p. 328-350, 1973.
- ROSCH, E.H., MERVIS, C.B., GRAY, W.D. JOHNSON, D. M., BOYES-BRAEM, P., Basic Objects in natural Categories. *Cognitive Psychology*, n.8, p. 382-439, 1976.
- ROSCH, E.H. Principles of Categorization. In: Rosch, Eleanor and Lloyd Barbara (eds.). *Cognition and Categorization*, Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, p. 27-48, 1978.
- SPERBER, D; WILSON, D. *Relevance, Communication and Cognition*. Oxford: Blackwell, 1995.
- PERBER, D; WILSON, D. *Meaning and Relevance*. New York: Cambridge University Press, 2012.
- SIMONS, M. Presupposition and Relevance. In: SZABÓ, Z.G. (ed.) *Semantics versus Pragmatics*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- VARELA, F; THOMPSON, E; ROSCH, E. *The Embodied Mind*. Cambridge: The MIT Press, 1993.
- ZVEVO, I. *A consciência de Zenó*. Trad.: Ivo Barroso. São Paulo: O Globo, 2003.

NOTAS

- Podemos enriquecer essa caracterização, mencionando que tal concepção é claramente debitária daquela proposta por Kant, segundo a qual um conceito é uma representação por notas características (KANT, 2003, p.75; p. 109). A concepção kantiana assume que o conceito se funda em uma definição (que reúne propriedades necessárias e suficientes), só admite um nível de *membership* (portanto, sem membros mais centrais ou membros de borda) e é organizado taxonomicamente.
- Sua abordagem do tema tem muitos méritos, dentre eles podemos destacar o desafio da ideia vigente de que conceitos científicos devem ter referências e sentidos estáveis, da estabilidade da referência como condição necessária para o progresso teórico e para a boa comunicação em ciência. (cf. BRIGANDT, 2010, p. 28).
- Segundo Brigandt, “a meta epistêmica de um conceito são os tipos de inferências e explicações que se pretende que o conceito sustente” (*ibid.*, p. 24). Por exemplo, a meta epistêmica de biólogos clássicos seria a previsão de padrões de hereditariedade e a meta epistêmica de biólogos moleculares é explicar como genes produzem seus produtos moleculares. Esse foco na natureza material dos genes teria levado os biólogos moleculares a fazer outras seleções semânticas para o conceito de gene.
- Teoria dos Protótipos elaborada por Eleanor Rosch, segundo a qual, em sua grande maioria, os conceitos cotidianamente expressos em línguas naturais seriam formados por estruturas baseadas em prototipicidade. De acordo com Rosch, os conceitos prototipicamente formados distinguir-se-iam dos conceitos clássicos em quatro frentes: 1) não dependem

do estabelecimento de definições estruturadas em termos de propriedades necessárias e suficientes; 2) apresentam estrutura graduada (gradação de representatividade; estendendo-se a gradação para além das fronteiras da classe); 3) admitem casos de borda; 4) apresentam proeminência cognitiva de um segmento com relação a outros (as categorias básicas são proeminentes com relação às subordinadas e superordenadas). Eleanor Rosch e Brent Berlin, em colaboração, descobrem também que os primitivos conceituais não são o que pensavam objetivistas ou mentalistas (nem espelham a realidade externa, nem são símbolos finitários; em suma, não são desprovidos de estrutura interna). Os conceitos mais básicos em termos cognitivos não são primitivos lógicos. De acordo com George Lakoff, eles têm estrutura intencional rica, estão no meio em uma hierarquia conceitual (violando a composicionalidade), e não são nem mentais, nem espelhos da realidade. (LAKOFF, 1989, p. 106). Assim, em relação à cognição, o nível básico dos conceitos não é o mais específico (mais elementar), mas um nível intermediário, que se apresenta entre uma categoria subordinada (mais específica) e uma superordenada (mais geral). As categorias básicas não são básicas no sentido de estrutura de um mundo físico em si, mas em relação à interação humana com o mundo em sua organização de categorização, em relação à eficiência dos processos cognitivos: “(...) nosso sistema conceitual é baseado no nível em que os seres humanos interagem com seu ambiente de forma mais eficiente” (*ibid.*, p. 108). Uma categoria como “carro” é básica, “veículo” é superordenada em relação à básica e “carros esporte”, subordinada.

- 5 Mark Johnson, buscando uma definição para o conceito de *script*, remete-nos às pesquisas precursoras de Schank e Abelson. De acordo com estes autores, “Um *script* é uma estrutura que descreve seqüências apropriadas de eventos em um determinado contexto. Um *script* é composto de frestas e requisitos sobre o que pode preencher essas frestas. (...) Assim, um *script* é uma seqüência de ações estereotipadas e determinadas que definem uma situação conhecida” (SCHANK; ABELSON apud JOHNSON, 1992, p. 20).
- 6 De acordo com Carston, a entrada lexical seria aquela que “especifica propriedades como a forma fonética e propriedades fonológicas e sintáticas da forma linguística que codifica o conceito” (CARSTON, 2002, p. 321).
- 7 O uso de termos como “*trigger*” e “*pointer*” por Wilson e Sperber em suas elucidações acerca desse ponto dão uma ideia do que os autores têm em mente: o termo usado de modo não canônico codifica um conceito que não aquele que se quer comunicar, mas possui, em sua estrutura prototípica (ou exemplar), propriedades que, uma vez selecionadas, permitem a indicação satisfatória do caminho de construção do conceito almejado. É possível entender essas operações nos termos estabelecidos por Rosch em sua Teoria do Conceito Prototípico: como atestam uma série de experimentos conduzidos por essa pesquisadora, há um certo extrato de classes, as classes básicas, que ganham expressão linguística própria mais frequentemente do que as classes a elas subordinadas ou superordenadas. Interessa-nos aqui, sobretudo, essa relação de subordinação mnemônica evidenciada por Rosch. Em sua face cognitiva, as inovações semânticas que se dão mediante alargamento e estreitamento semântico seriam, por assim dizer, operações de deslocamentos verticais entre extratos. O deslocamento de uma expressão nominal de um determinado estrato conceitual para outro estrato conceitual (que lhe seja superior ou inferior), o qual esteja carecendo de uma expressão nominal satisfatória.
- 8 O ataque à concepção de “conhecimento mútuo”, dadas as evidências empíricas de nossa cognição altamente idiosincrática e a busca dos mecanismos cognitivos que nos permitem compreender comportamentos não codificados, levam Wilson e Sperber a afirmar que: “Encontramos todos envolvidos num empreendimento de uma vida inteira a derivarmos informações desse ambiente comum e construirmos sobre ele as melhores representações mentais possíveis” (SPERBER; WILSON, 1995, p. 38); Na seção 9, do capítulo 1 de *Relevance*, assumem que “a eficiência só pode ser definida em relação a uma meta” (*ibid.*, p. 46) e que “a meta da cognição humana é o aprimoramento do conhecimento que o indivíduo tem do mundo. Isso significa o acréscimo de mais informações, informações que sejam mais corretas, mais facilmente recuperáveis, e mais

- desenvolvidas em áreas de uma preocupação maior para o indivíduo”. (*ibid.*, p. 47)
- 9 Um contexto, para os autores, é essencialmente um subconjunto das assunções antigas do indivíduo, com as quais se combinam as assunções novas para darem como resultado uma variedade de efeitos contextuais. É definido a partir de conceitos psicológicos, já que é considerado um subconjunto mental de assunções que estão armazenadas e estarão presentes no momento em que informações estiverem sendo processadas pelo sistema dedutivo. “Um contexto é uma construção psicológica formada por um subconjunto das assunções que o ouvinte tem do mundo”. Inclui informações sobre o ambiente físico, informações sobre elocuições imediatamente anteriores, mas “também poderão ter um papel na interpretação todas as expectativas do futuro, as hipóteses científicas ou crenças religiosas, o anedotário, as assunções culturais gerais, e as opiniões sobre o estado mental da pessoa falante”. (SPERBER; WILSON, 1995, p. 15)
- 10 Estamos nos concentrando nos dois pressupostos problemáticos da TR apontados acima (a seletividade de contextos e a primazia cognitiva da maior quantidade de informação) por conta dos desígnios de nossa pesquisa. Mas há outros problemas que já receberam algum tratamento na literatura sobre o tema e que merecem destaque. Por exemplo, estamos de acordo com Jorge Campos da Costa quando este afirma que a noção positiva de relevância, em que o benefício dirige o custo, funciona, primeiramente, quando as pessoas estão envolvidas com a produção profissional, com a objetividade funcional para gerar conhecimento. Tal atividade contrasta, por exemplo, com a inclinação ao lazer, cujas propriedades são diferentes, dado que o aproveitamento afetivo, emocional, em que o prazer dirige o processo, caracteriza um outro tipo de benefício em que o custo baixo é uma das exigências fundamentais (COSTA, 2005, p. 167). Ademais, como explicar, nas bases da TR, a postura cética de busca ferrenha pela equipolência entre teses? Não teríamos aqui um desequilíbrio notório entre ganho cognitivo e gasto de processamento? Como explicar a postura filosófica em geral de se estender em um gasto de processamento de grande vulto?
- 11 É evidente que temos, no texto de Svevo, uma situação muito peculiar, uma interdição da ação decorrente do que parecem ser certos traços de histeria (o que deixa a narrativa muito mais saborosa e memorável). Contudo, de modo geral, emergências de esquemas como esse são pervasivas em nossos pensamentos e usos da linguagem cotidianos.
- 12 Em *Metaphors We Live By*, George Lakoff e Mark Johnson tratam de metáforas conceituais que estruturam nosso sistema conceitual, invertendo a ideia tradicional de que metáforas são derivações de conceitos literalmente formados. Trata-se, de modo mais amplo da defesa da tese da pervasividade da “racionalidade imaginativa” (LAKOFF; JOHNSON, 2003, p. 193). Uma outra tese forte presente no livro é a de que metáforas comuns são, em geral, ramificações (*entailments*) de metáforas conceituais e recebem delas sua força semântica, uma vez que participam de sistemas internamente coerentes.
- 13 Em *Enactivist Interventions*, Shaun Gallagher faz a seguinte sumarização da posição de Lakoff e Johnson: “Para eles, o mecanismo específico que conecta a experiência corporificada (*embodied*) e o pensamento conceitual é a metáfora. As metáforas são construídas sobre esquemas-imagem básicos e recorrentes, como frente-trás, dentro-fora, perto-longe, empurrar, puxar, apoiar, equilibrar, etc., e os esquemas-imagem básicos são construídos na experiência corporal”. (GALLAGHER, 2017, p. 33)
- 14 Cf. JOHNSON, 1992, p. 23.
- 15 No trabalho mencionado, o autor procura apresentar evidências empíricas de que conceitos ad hoc são marcados por: 1) tipicidade (*typicality*) – “o fato de que algumas instâncias são melhores exemplos de uma categoria do que outras” –, 2) ocorrência de casos de borda – “as pessoas não sabem ao certo se ‘rádio’ pertence à categoria ‘móvel’” e 3) não-membros de uma categoria variarem acerca do quanto eles são similares ao conceito dessa categoria – “‘morcego’ leva mais tempo para ser rejeitado como membro da categoria dos ‘pássaros’ do que ‘cadeira’” (BARSALOU, 1983, p. 211).
- 16 Em verbete da *Cambridge Encyclopedia of the Language Sciences*, publicado em 2010, Barsalou apresenta a tese de que “categorias *ad hoc* constituem um subconjunto de categorias de funções (*role categories*)” (BARSALOU, 2010, p. 86). Tal tese se apoia na

- ideia de que alcançar um objetivo implica na especificação e instanciação de papéis (*roles*). Nessas bases, ele chama nossa atenção para o fato de que “quando não existe uma categoria bem-estabelecida para um papel, uma categoria *ad hoc* é construída para a representar” (*ibid.*, p. 86). No mesmo verbete, Barsalou parece admitir que novos conceitos resultem tanto de aprendizado de exemplares quanto de combinação conceitual (podem ocorrer posteriormente sem o estímulo *bottom-up*); no caso de combinação conceitual, forma-se uma conceitualização que abarque a instanciação de possíveis exemplares (primeiro temos a categoria e, depois, os exemplares).
- 17 Em seu capítulo do livro *The Conceptual Mind*, Casanto e Lupyan atacam a distinção feita por Barsalou em seus escritos da década de 1980 entre conceitos *ad hoc* e conceitos normais (chegando mesmo a denunciar erros no erro no design dos experimentos apresentados no artigo de 1983). Os autores notam, contudo, que, em escritos mais recentes, Barsalou vem se tornando mais um opositor declarado do modelo essencialista de conceito (ainda forte nas Ciências Cognitivas) que toma o mesmo como representação mental estável, com cerne conceitual (*conceptual core*) fixo. Em sua defesa do *framework* da cognição *ad hoc*, os autores entram em acordo com Barsalou quanto à tese de que conceitos são ficções analíticas (teóricas) e de que o foco dos estudos acerca das operações superiores de cognição deve ser na conceitualização e não no conceito. A razão para esse posicionamento é a assunção de que conceitos seriam tão somente “padrões dinâmicos de informações que se tornam ativos na memória transitoriamente, conforme necessário, em resposta a pistas geradas internamente ou externas” (CASANTO; LUPYAN, 2015, p. 546), i.e., são coisas que fazemos com a mente e não coisas que existem na mente.
- 18 Barsalou parece transportar também para o campo das percepções a abordagem proposta por Recanati com relação aos estímulos verbais: em trabalho de 1998, este último defende a tese de que cada experiência de uma palavra em um proferimento (*token of a word*) deixa um traço de memória episódica. Em um novo encontro com a palavra, todos os traços acumulados são ativados, mas com pesos distintos (ranqueamento de acessibilidade) dependendo do contexto particular. Essa perspectiva implica em abandonarmos a ideia de que o significado lexical é algum tipo de codificação estável: “palavras, como expressões-tipo, não têm ‘significados’ para além da coleção de experiências pontuais (*token-experiences*) com as quais estão associadas. O único significado que as palavras têm é aquele que surge no contexto. (RECANATI, 1998, p. 630).
- 19 Representações linguísticas e mentais são situadas na medida em que elas são verdadeiras ou falsas somente com relação a situações parciais (DOKIC, 2008, p. 203).
- 20 Eis algumas das evidências a favor da Teoria da Simulação Semântica: o trabalho com certos aparatos de ressonância magnética capazes de converter os dados em imagens e técnicas computacionais de modelagem neural mostram que nosso córtex motor e pré-motor associado com partes específicas do corpo é ativado em resposta ao estímulo de uma linguagem motora que se refira a essas partes. Escutar sentenças que descrevam cenas fictícias e concentrem-se em aspectos visuais de certos objetos e na determinação precisa da posição dos mesmos em um campo visual imaginário pode resultar em interferência seletiva no processamento visual real. Notou-se, nessas bases, uma interferência entre compreender uma linguagem de ação e o desempenho efetivo dessa ação, o que sugere que processando linguagem, nós ativamos imagens motoras (e.g., SCHACTER et al. 1996; SLOTNICK, THOMPSON, KOSSLYN, 2005). Os processos de compreensão de linguagem perceptivo-motora se mostram, de certo modo, processos de simulação e ativam as mesmas regiões do cérebro que a própria execução das ações descritas. Compreender uma linguagem (ao menos uma linguagem cujas relações de referência envolva objetos concretos) seria qualitativamente similar a experimentar os cenários que essa linguagem descreve. “Quando nós imaginamos vermos uma cena, nosso córtex visual está ativo. Quando nos imaginamos movendo nossos corpos, o córtex pré-motor e o córtex motor estão ativos. Em resumo, algumas das mesmas partes de nossos cérebros estão ativas tanto ao imaginarmos quanto ao percebermos e agirmos.” (LAKOFF; JOHNSON, 2003, p. 257)
- 21 Interessante aproximação com: “A individuação de objetos, propriedades, e eventos parece

variar de acordo com a tarefa em mãos”. (VARELA; THOMPSON; ROSCH, 1993, p. 148)

- 22 O foco dos enativistas originários também recai sobre a seleção de aspectos relevantes em dadas situações. Isso fica patente em passagens como: “A maior habilidade da cognição viva, entretanto, consiste em ser capaz de colocar, dentro de limites restritos, as questões relevantes que precisam ser abordadas a cada momento. Essas questões e preocupações não são pré-dadas mas são acionadas (*enacted*) a partir de um pano de fundo de ação, onde o que conta como relevante é determinado contextualmente por nosso senso-comum”. (VARELA; THOMPSON; ROSCH, 1993, p. 145)
- 23 Em termos ontogenéticos, estamos assumindo que cada falante de uma dada comunidade linguística é devidamente moldado para a compreensão de certas situações práticas, bem como para a execução das ações esperadas em tais situações a partir do treinamento da percepção (da atenção, fundamentalmente) e da memória (com suas vias de acesso a conceitos) para a configuração de relevâncias adequada. E o uso do termo “adequação” aqui nos aproxima mais do campo semântico de “eficácia” do que do campo semântico de “verdade”.
- 24 Nos termos figurados de Cassirer, tal operação não consiste “(n)o cotejo de das diversas percepções isoladas, nem na seleção de certas notas características, mas sim, na concentração do conteúdo perceptivo, na sua compressão de certo modo em um só ponto” (CASSIRER, 2009, p. 56).
- 25 A compatibilidade entre certas formas de *Weak Embodied Cognition* (como a de Goldman) e o modelo proposto por Lakoff e Johnson é notada até mesmo por seus opositores (como Shaun Gallagher) - Ver GALLAGHER, p. 31)
- 26 “Só raramente as aventuras adultas de uma nomeação podem ser rastreadas até as privações da infância” (GOODMAN, 1976, p. 77).